

**PROCESSO:** 2020/300.10.001/93  
(associado ao Processo n.º 2019/300.10.001/145)  
**Nº Informação:** 183  
**Data:** 04/01/2022

**Assunto:** Sanção contratual com natureza pecuniária – ratificação.

**Empreitada:** INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES (REF. CPE.4.19.DMOSM)

**Entidade Executante (EE):** ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A

No âmbito da presente empreitada e em conformidade com as informações anexas (anexo de 15/12/2021 inserto no documento n.º 59151 de 07/12/2021; parecer da Direção de Fiscalização de 15/12/2021; informação n.º 50663 de 07/10/2020; ofício n.º 19256 de 15/09/2020; ofício n.º 28784 de 22/12/2021 (em anexo), entende-se dever ser dada a devida sequência, no sentido do Dono da Obra exigir ao empreiteiro o pagamento da sanção pecuniária pelo incumprimento dos aspetos vinculativos (prazos parcelares vinculativos), exigência a que o empreiteiro ficou obrigado a cumprir e referidas no ponto 3, da cláusula 11.ª do Caderno de Encargos (cláusulas jurídicas). Ou seja, ao órgão competente para ratificação da intenção de aplicação da sanção pecuniária no valor de **608.396,52€ s/ IVA** (a adicionar IVA à taxa legal em vigor). Igualmente, entende-se o dever de notificar o cocontratante para se pronunciar em sede de audiência dos interessados (artigo 100.º do CPA), no prazo não inferior a 30 dias, sobre a intenção de aplicação da sanção contratual em causa, identificando os pressupostos de facto e de direito contidas nas informações atrás referidas.

À consideração superior.



OFÍCIO Nº 28784

DATA: 22/12/2021

DOCUMENTO: I/81018/2021

Registada c/ A/R Data da Remessa \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Exmo. Senhor

Alexandre Barbosa Borges, S.A.

Rua do Labriosque, N.º 70

4755-307 - MARTIM

**ASSUNTO | ASSUNTO: AUTO DE VISTORIA, PRAZO PARCIAL VINCULATIVO – RECLAMAÇÕES/RESERVAS. RESPOSTA À MISSIVA REF. GT0360/2021, DATADA DE 03/12/2021, RECECIONADA EM 07/12/2021, E, MISSIVA RECECIONADA VIA E-MAIL DE 14/12/2021. INDEFERIMENTO.**

**EMPREITADA: INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES (REF. CPE.4.19.DMOSM)**

Exmos. Senhores,

No seguimento do ato para efeitos de nova verificação do cumprimento legal dos aspetos/prazos parciais vinculativos, das várias fases de referência consideradas, formalizado em auto de 18/11/2021, V. Exas vêm através da comunicação ref. GT0360/2021, datado de 03/12/2021, apresentar reclamação ou reserva nos termos previstos do artigo 345.º/3, do CCP, garantias administrativas do empreiteiro. Relativamente ao conteúdo da mesma pretendemos anunciar a seguinte decisão:

1. A não aceitação das reclamações ou reservas apresentadas atendendo aos fundamentos descritos pela Direção de Fiscalização (em anexo).
2. Configurando-se um potencial incumprimento do aspeto vinculativo estabelecido em programa de concurso no que diz respeito à exigência do empreiteiro ficar obrigado ao cumprimento do prazo de cada uma das fases de execução conforme, igualmente, referidas no ponto 3, da cláusula 11.ª do caderno de encargos (cláusulas jurídicas), a Direção de Fiscalização determinou no auto de vistoria o valor de **794.936,26€ para sanção máxima admissível**, já que por aplicação do estipulado no artigo 329.º/3 do CCP não poderá exceder os 30% do valor contratual.
3. Porém, dada instrução de supressão de trabalhos previstos no contrato inicial, ao preço inicial haverá que subtrair o valor correspondente aos trabalhos suprimidos. Assim, tendo o preço contratual sido corrigido para **2.027.988,39€**, dever-se-á, igualmente, ter-se em consideração este preço contratual efetivo/real para efeitos de aplicação das sanções contratuais com natureza pecuniária. **O que resultará no valor de 608.396,52€**, conforme estabelecido no artigo 403.º do CCP.

.../



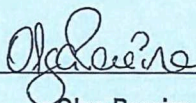
/...

4. O aqui exposto serve, igualmente, de fundamentação/resposta à vossa missiva rececionada via e-mail de 14/12/2021, onde formulam direitos de reserva ao auto de vistoria para efeitos de receção provisória.
5. Concluindo, indeferimos integralmente as reclamações ou reservas apresentadas por V. Exas, notificando ainda para no **prazo máximo de 24 dias** concluírem todos os trabalhos que se encontram pendentes e identificados no auto. Após este prazo será formalizada nova vistoria para efeitos de receção provisória.

Sem outro assunto, subscrevo-me com a maior estima e consideração,

A Vereadora

(Com delegação de poderes concedidos por despacho  
do Senhor Presidente da Câmara em 18/10/2021)



Olga Pereira (Dr.<sup>a</sup>)



**PROCESSO:** 2020/300.10.001/93

(associado ao Processo n.º 2019/300.10.001/145)

**Entrada n.º 59151 de 07/12/2021** – ver Anexo de 15/12/2021

**Data:** 15/12/2021

**Assunto:** Auto de Vistoria, Prazo Parcial Vinculativo – Reclamação/Reserva. Resposta à missiva ref. GT0360/2021, datada de 03/12/2021 e rececionada em 07/12/2021

**Empreitada:** INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES (REF. CPE.4.19.DMOSM)

**Entidade Executante (EE):** ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A

No seguimento da vistoria promovida pela Direção de Fiscalização para efeitos de nova verificação do cumprimento legal dos aspetos/prazo parcial vinculativo, referente às várias fases de referência estabelecidas no plano de trabalhos contratual e formalizado em auto de vistoria de 18/11/2021, o qual se anexa para ratificação, vem a EE através da sua comunicação ref. GT0360/2021, datada de 03/12/2021 e rececionada em 07/12/2021, apresentar reclamação ou reserva nos termos previstos do artigo 345.º/3/4, do CCP, garantias administrativas do empreiteiro. Relativamente ao seu conteúdo e conjugando com o parecer da Direção de Fiscalização (em anexo) pretende-se efetuar as seguintes considerações:

1. É factual o entendimento da existência de incumprimento no que diz respeito aos aspetos/prazos parciais previstos nas várias fases de referência e estabelecidos no plano de trabalhos contratual. Veja-se a oposição argumentativa da Direção de Fiscalização à missiva da EE.
2. Recorde-se que, por eventuais ou óbvios motivos de interesse público foram definidas 5 fases de referência para a execução dos trabalhos, situação patenteada a concurso e que o empreiteiro ficou obrigado a cumprir.
3. A própria Entidade Executante atesta na sua missiva esse mesmo incumprimento ao afirmar a impossibilidade do *"direito ao reembolso de eventuais sanções devidas por violação de prazos parciais cumprido que fosse o prazo global, não fosse a supressão dos trabalhos operada 4 (quatro) dias antes da notificação do Auto, sempre estaria a EE em condições de terminar estes trabalhos dentro do prazo global da empreitada"*.
4. Ora, tal raciocínio desvirtua completamente o espírito do contrato que possibilita a EE de, através de um incremento no desenvolvimento das atividades (nas cargas de mão-de-obra e de equipamentos) recuperar eventuais atrasos contratuais evitando-se o espalhamento de obra pelas várias fases pré-estabelecidas.
5. Efetivamente a EE, apesar de vários avisos quer da Direção de Fiscalização quer de várias notificações do Dono da Obra, entendeu desvirtuar aquele preceito legal indo atrás do prejuízo, na expectativa de prorrogações legais, "espalhando obra" pelas várias fases, lesionando o interesse público inerente ao atraso

na execução da obra, situação refletida nas várias reclamações rececionadas de utentes desta via em requalificação.

6. O não direito ao reembolso das sanções devidas por violação de prazos parciais (aspetos vinculativos do concurso) cumprido que fosse o prazo global, não fosse a supressão dos trabalhos operada ainda que mais tarde à efetiva suspensão dos trabalhos de 02/07/2021, não pode ser interpretada como uma vontade maquiavélica do Dono da Obra, ou pura estratégia com o objetivo de simplesmente, **sancionar**. O prejuízo de obra por concluir é bem maior, já que a satisfação das necessidades públicas foi manifestamente prejudicada.
7. As atividades por concluir nas várias fases de referência demonstram, isso sim, uma inércia incompreensivelmente aceitável ao longo de todo o desenvolvimento da empreitada, do qual a Direção de Fiscalização não deixou de evidenciar, só entendível à luz de uma tentativa por parte da EE de rentabilização das atividades pendentes executando de uma só assentada.
8. Ora, tal situação desvirtua, e desvirtuou o princípio da igualdade e transparência relativamente aos demais concorrentes, pelo que se entende como não sendo legalmente comportável.
9. Assim, a Direção de Fiscalização determinou o valor de **794.936,26€ para sanção máxima admissível**, já que por aplicação do estipulado no artigo 329.º/3 do CCP não poderá exceder os 30% do valor contratual.
10. Porém, dada instrução de supressão de trabalhos previstos no contrato inicial, ao preço inicial haverá que subtrair o valor correspondente aos trabalhos suprimidos. Assim, tendo o preço contratual sido corrigido para **2.027.988,39€**, dever-se-á, igualmente, ter-se em consideração este preço contratual efetivo/real para efeitos de aplicação das sanções contratuais com natureza pecuniária. **O que resultará no valor de 608.396,52€.**
11. Em suma, considerando-se como válida a interpretação descrita no documento n.º 50663 de 07/10/2020 (ofício n.º 19256 de 15/09/2020), em anexo, configurar-se-á um potencial incumprimento do aspeto vinculativo estabelecido em programa de concurso no que diz respeito à exigência do empreiteiro ficar obrigado ao cumprimento do prazo de cada uma das fases de execução conforme, igualmente, referidas no ponto 3, da cláusula 11.ª do caderno de encargos (cláusulas jurídicas). Eventual parecer jurídico aconselhável.
12. Alerta-se para o artigo 345.º/5 onde estabelece que o Dono da Obra deverá pronunciar-se sobre as reservas apresentadas, notificando o empreiteiro no prazo de 15 dias da entrega da reclamação. **O silêncio equivale a deferimento da reclamação. Urgente.**

À consideração superior o aqui exposto,



**PROCESSO:** 2020/300.10.001/93  
(associado ao Processo n.º 2019/300.10.001/145)  
**Nº Informação:** 50663  
**Data:** 07/10/2020

**Assunto:** Desvio do Plano de Trabalhos – Fase 1.

**Empreitada:** INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES (REF. CPE.4.19.DMOSM)

**Entidade Executante (EE):** ALEXANDRE BARBOSA BORGES, S.A

No seguimento da anterior informação n.º 45301, de 10/09/2020 (em anexo), da qual resultou uma notificação ao Adjudicatário alertando para o facto de já se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos relativamente ao Plano de Trabalhos em curso, imputáveis a este, e, para que a expensas suas, tomasse as medidas de reforço e meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação do atraso e cumprimento do prazo de execução estabelecido para a **Fase 1 (19/10/2020)**, presto as seguintes considerações na qualidade de gestor do presente contrato de execução:

1. Após emissão do auto de medição referente ao mês de setembro (subscrito em 06/10/2020) é possível registar uma nova faturação acumulada atual de apenas 52,5% da faturação base (ou seja, 187.063,01€ contra 356.136,11€, valor contratualmente estabelecido), evidenciando, desde já, uma grande probabilidade de não conclusão do prazo estabelecido no Plano de Trabalhos para a Fase 1 (19/10/2020), apesar da notificação ao adjudicatário atrás referida e enviada no mês anterior (informação em anexo).
2. Entendendo-se como **prazos parcelares vinculativos** os **aspetos vinculativos** previstos em programa de concurso, assim como a exigência do empreiteiro ficar obrigado ao cumprimento do prazo de cada uma das fases de execução conforme, igualmente, referidas no ponto 3, da cláusula 11.ª do Caderno de Encargos (cláusulas jurídicas), desde já se adianta, para o potencial incumprimento deste aspeto vinculativo estabelecido para a Fase 1.
3. Caso assim seja percebido como exato o anteriormente descrito, então o Dono da Obra poderá aplicar uma sanção contratual por cada dia de atraso, nos termos previstos no n.º 2, da cláusula 14.ª, do caderno de encargos.
4. Acrescenta-se que, aquando da formação do presente contrato de empreitada foi estabelecido que a violação dos **aspetos vinculativos** referidos no ponto 1 implicaria a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, a exclusão da proposta. Sendo que, o empreiteiro

ficou obrigado a cumprir as 5 fases de referência (aspetos vinculativos) para a execução dos trabalhos, situação patenteada a concurso.

5. A título informativo, esclarece-se que o prazo global para a conclusão integral dos trabalhos é de 12 meses (365 dias), contados da data da consignação da obra, ou seja, **20/07/2020**.
6. Assim, **coloca-se à consideração superior qual a efetiva/verdadeira interpretação jurídica** do conteúdo inserto no respetivo Caderno de Encargos que se pretendeu dar e a qual foi colocada à aprovação do Dono da Obra.
7. Caso se consubstancie o exposto no ponto 2, ou seja, entendendo-se como **prazos parcelares vinculativos** as 5 fases de referência para a execução dos trabalhos (aspetos vinculativos a que o empreiteiro ficou obrigado a cumprir aquando da formação do contrato), considera-se, pois, o dever de aplicação das multas por violação dos prazos parciais vinculativos de execução da obra, por facto imputável ao empreiteiro, de acordo com a cláusula 14.ª do caderno de Encargos (artigo 403.º/2/3, do CCP).
8. Ou seja, por violação do prazo parcial vinculativo estabelecido para a Fase 1 (3 meses), agora em questão, será aplicada a multa pecuniária de **1.324,89€ por cada dia de atraso**. No entanto, o empreiteiro terá o direito ao reembolso quando recupera o atraso de execução dos trabalhos e a obra seja concluída no prazo de execução do contrato referido no ponto 5.
9. Independentemente da efetiva interpretação superior supostamente pretendida no presente contrato (prazos parcelares vinculativos versus aspetos vinculativos), evidenciado que está o desvio do plano de trabalhos que injustificadamente coloca em risco o cumprimento do prazo de execução da obra, bem como, dos respetivos prazos/aspetos parcelares, entende-se que o Dono da Obra deve **notificar a Entidade Executante para apresentar, no prazo de 10 dias, um plano de trabalhos modificado**, adotando as medidas de correção necessárias para a recuperação do atraso verificado, conforme estabelecido no artigo 404.º do CCP.

À consideração superior o aqui exposto,

OFÍCIO Nº 19256

DATA: :15/09/2020

DOCUMENTO: I/45301/2020

Registada c/ A/R Data da Remessa \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Exmo. Senhor

Alexandre Barbosa Borges, S.A.

Rua do Labriosque, N.º 70

4755-307 - Martim

**ASSUNTO | ASSUNTO: INCUMPRIMENTO DO PLANO DE TRABALHOS CONTRATUAL.**

**EMPREITADA: INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA - VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÕES (REF. CPE.4.19.DMOSM)**

Exmos. Senhores,

No âmbito da presente empreitada e no que diz respeito ao Plano de Trabalhos contratual, importa registar o adiante exposto, notificando V. Exas:

1. Conforme legalmente previsto o Plano de Trabalhos contratual foi ajustado à data de consignação (20/07/2020), bem como, o respetivo plano de pagamentos.
2. O prazo global para a conclusão integral dos trabalhos é de 12 meses (365 dias), contados da data da consignação da obra, ou seja, **20/07/2020**.
3. Como é do Vosso conhecimento, por motivos de interesse público, foram definidas 5 fases de referência para a execução dos trabalhos, situação patenteada a concurso e que o empreiteiro ficou obrigado a cumprir.
4. Assim, para a 1.ª Fase de execução, em curso, foi estabelecido um **prazo de 3 meses**, cuja data de conclusão foi definida no Plano de Trabalhos para o dia **19/10/2020**. A 2.ª fase de execução terá o seu início imediatamente no dia seguinte, em **20/10/2020**.
5. Porém, após emissão do auto de medição referente ao mês de agosto (com subscrição em 08/09) é possível verificar uma faturação acumulada atual apenas, sensivelmente, a 50% da faturação base, evidenciando, desde já, um óbvio atraso na empreitada (que estimamos de perto de um mês). Situação que, incompreensivelmente, não foi refletida no balizamento ao plano de trabalhos enviado à Fiscalização impedindo a tomada de ações realistas corretivas.
6. Com efeito, o programa de concurso previa aspetos vinculativos tais como a exigência do empreiteiro ficar obrigado ao cumprimento do prazo de cada uma das fases de execução referidas no ponto 3, atrás citado. Assim como, a sua violação implicaria a consequência prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, a exclusão da proposta.



7. Logo, sendo do Vosso conhecimento a importância destes aspetos vinculativos e verificando-se atrasos injustificados imputáveis a à Entidade Executante na execução de trabalhos relativamente ao Plano de Trabalhos em curso, entendemos notificar V. Exas, para que a Vossas expensas, tomem as medidas de reforço e meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação do atraso e cumprimento do prazo de execução estabelecido para a Fase 1, em curso, bem como, para a data de início da Fase 2, de acordo com o descrito no ponto 4.

Na expectativa de que V. Exas atenderão rapidamente ao aqui exposto subscrevo-me com a maior estima e consideração,

O Vereador,

---

(Dr. João Vasconcelos Barros Rodrigues)

**Assunto: “INSERÇÃO DA REDE PEDONAL E CICLÁVEL NO CENTRO URBANO DE BRAGA -  
VARIANTE DA ENCOSTA, LAMAÇÃES (REF. CPE.4.19.DMOSM)”**

*Adjudicatário - ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.*

**- Parecer à exposição apresentada pela Entidade Executante, ao Auto de Vistoria do dia  
18.11.2021 - realizado para efeitos de cumprimento Prazo Parcial Vinculativo (Fase 1, Fase 2 e Fase 3)**

**Data:** 15/12/2021  
**De:**

**Para:** Gestor do Contrato

1. A Fiscalização informa que o Auto de Vistoria do dia 18/11/2021 referido, foi subscrito pela própria Fiscalização e pelo Assessor do Gestor de Contrato (acompanhante no dia da vistoria como representante do Dono de Obra - CM-Braga) desde o dia 19/11/2021. A Fiscalização considera falso quando a Entidade Executante (EE) afirma que só foi notificada no dia 30/11/2021, quando a própria EE esteve presente durante todo o ato da vistoria, e como tal desde logo sempre esteve informada. No entanto, ficou acordado com a Direção de Obra (EE) que ao documento redigido 'Auto de vistoria', seriam anexadas fotos da vistoria realizada, e que no dia seguinte 19/11/2021, os intervenientes (Fiscalização e Entidade Executante) assinaríamos o documento já com as fotos anexadas e impressas.
2. A Fiscalização sempre tencionou e tentou entregar pessoalmente e presencialmente o auto de vistoria para subscrição no dia seguinte (19/11/2021) à Direção de Obra, como tinha sido combinado, mas não foi possível porque a própria Direção de Obra (EE) não se encontrou com a Fiscalização. No dia 19/11/2021 a Fiscalização esteve sempre no local de obra e no respetivo contentor, localizado no estaleiro social da empreitada.
3. Tentou-se novamente, desde o início da semana seguinte (22/11/2021) entregar o auto da vistoria pessoalmente à direção de obra para subscrição, mas não foi possível uma vez mais devido à ausência da mesma.
4. Convocou-se entretanto uma reunião de obra extraordinária para o dia 25/11/2021, para resolução de questões de obra e também com intenção da EE subscrever o Auto de Vistoria realizado, visto a EE ainda não o ter subscrito. No dia da reunião registou-se que nenhum representante da EE (ABB), em substituição da Direção de Obra, compareceu à reunião extraordinária agendada sem qualquer aviso prévio e sem dar qualquer tipo de justificação. Perante a falta de comparência da EE, originou a necessidade de ter de se reagendar todos os assuntos pendentes e também de subscrever o respetivo auto de vistoria. Reagendou-se nova reunião para o dia seguinte (26/11/2021), mas que mesmo assim a Entidade Executante não compareceu (*ver e-mail em anexo enviado no dia 25/11/2021*). Posteriormente a Fiscalização foi informada que a Direção Técnica Eng<sup>a</sup> Ana Alves (ABB), esteve com problemas de saúde e que por isso não compareceu. Contudo, ninguém da Entidade Executante a veio representar



nem substituir nas suas funções de 'direção de obra' nesses dias, nem nas reuniões que foram reagendadas. A reunião teve de ser novamente reagendada para 3ªfeira dia 30/11/2021 (*ver e-mail em anexo enviado no dia 25/11/2021*), dia em que a Entidade Executante, entretanto representada pelo Engº José Ribeiro (ABB) em substituição da Engª Ana Alves, se mostrou com disponibilidade e conseguiu comparecer à convocatória da reunião que por 2 vezes teve de ser reagendada.

Ou seja, a EE só mostrou disponibilidade em reunir com a fiscalização e assinar o Auto de vistoria no dia 30/11/2021. Facilmente se conclui que, este facto é diretamente imputável à Entidade Executante.

5. Quando a EE se refere à empreitada estar parcialmente suspensa, relembramos que no dia da vistoria realizada no dia 18/11/2021, a obra **encontrava-se parcialmente suspensa depois da rotunda 'MediaMarkt' (exclusive) e após a travessia de peões (Fase 4) até ao final da Fase 5, ou seja, parte da Fase 4 até ao final da Fase 5**, desde o dia 2 de Junho de 2021 (e não desde o dia 2 de julho conforme a EE menciona na sua exposição). Este facto por si só nada interfere, de maneira alguma com os atrasos comprovados das fases 1, 2 e 3, no que respeita à respetiva conclusão dos trabalhos. Como tal, a Fiscalização considera totalmente infundada qualquer tentativa de justificação quando se referem que *'...estava suspenso o prazo global de conclusão...'*. Relembramos uma vez mais, nesta empreitada existem cláusulas jurídicas associadas a aspectos/prazos parciais vinculativos para as fases constituintes da presente empreitada, e que nenhum desses prazos foi cumprido, o que obviamente implica factos e responsabilidades diretamente imputáveis à Entidade Executante.
6. Não corresponde à verdade quando mencionam *'... a EE sempre teria direito ao reembolso de eventuais sanções devidas por violação de prazos parciais cumprido que fosse o prazo global, não fosse a supressão dos trabalhos operada 4 (quatro) dias antes da notificação do Auto, sempre estaria a EE em condições de terminar estes trabalhos dentro do prazo global da empreitada...'*. A Fiscalização reitera novamente tudo o que foi descrito nos pontos anteriores (1 a 5) deste parecer.
7. Quando mencionam *'... o incumprimento que vem refletido no Auto de Vistoria reporta-se a poucos trabalhos...'*, considerando muitos ou poucos trabalhos, **o aspecto/prazo vinculativo à data do ato da vistoria (18/11/2021), não foi cumprido.**
8. É falso quando mencionam *'... até à data de hoje, persistirem algumas indefinições que impedem o término dos trabalhos...'* e *'... daquilo que consta no Auto à data de hoje encontram-se concluídos todos os trabalhos passíveis de o serem pela EE'*. **A Fiscalização considera que não existem nem persistem quaisquer tipo de indefinições, e que os trabalhos não foram concluídos**, clarificando o seguinte:

. Quando se referem ao assunto dos Painéis Publicitários relembramos que os mesmos fazem parte da fase 4, quando o objetivo da vistoria realizada no dia 18/11/2021 sempre foi no âmbito do cumprimento dos aspectos/prazos parcelares vinculativos das 3 primeiras fases (Fase 1, 2 e 3). Contudo

esclarecemos que todas as indefinições que pudessem persistir, começaram a deixaram de o ser a partir do dia 29/09/2021 (via e-mail) em que foi dada ordem de execução dos painéis, tendo em conta a notificação da CM-Braga ao proprietário dos mesmos, contando com o apoio e esclarecimentos da parte técnica da CM-Braga para as fundações dos painéis. Assim como também não houve problema algum, quando de um dia para o outro e sem aviso prévio (no sábado dia 09/10/2021) a EE decidiu relocar o painel da Rua da Senra sem qualquer tipo de problema (também ele de grandes dimensões com alimentação elétrica), e que do mesmo modo se aplica aos restantes 2, uma vez que até o próprio Sr. Jorge Devesa (proprietário dos 3 painéis publicitários da 'UrbanScreens' nesse local), se prontificou em colaborar com a EE, Fiscalização e DO, em tudo o que fosse necessário da parte dele, ou seja, o total e livre acesso ao interior dos painéis, assim como toda informação estrutural e constituição dos painéis, etc, etc) conforme também comunicado verbalmente nesse dia (09/10/2021) à EE, e que também foi transmitido pela Fiscalização à EE (via e-mail no dia 12/10/2021).

. No que respeita aos elementos de sinalética 'modos suaves' (pré-fabricados em betão branco), relembramos que o assunto foi inicialmente abordado em reuniões de obra ainda em 2020, e tem sido insistentemente abordado em todas as reuniões de obra dos últimos meses. A Entidade Executante tem vindo a ser questionada constantemente sobre a receção/aprovação desses elementos para implementação na obra e o envio para aprovação das respetivas BAME's, mas que até ao dia 18/11/2021 a EE ainda não conseguiu dar qualquer resposta à Fiscalização. Aliás, sempre que questionada, a Entidade Executante sempre respondeu que se encontrava a aguardar resposta de fornecedores das peças em questão.

Relembramos que as indefinições que a EE questionou, foram relativas ao 'lettering' a colocar nos painéis fenólicos constituintes das peças, e a própria localização das peças em obra. Esse pedido de esclarecimento e informação foi esclarecido pelo Coordenador de Projeto e validade pela DM (via e-mail no dia 11/10/2021). A EE suscitou uma nova dúvida e pedido de esclarecimento no dia 30/11/2021, **12 dias após o ato de vistoria** do dia 18/11/2021, estando já fora do âmbito deste auto de vistoria do dia 18/11/2021, não fazendo qualquer sentido o que a EE alega. Contudo e não sendo do âmbito da vistoria a que este documento reporta, informamos que foi devidamente respondido e esclarecido que os materiais/equipamentos a implementar em obra devem ser os previstos conforme projeto patenteado a concurso, e que todos os trabalhos são para ser cumpridos integralmente de acordo com o respetivo caderno de encargos. Não se compreende que a EE afirme que os elementos de sinalética na versão inicial do projeto '*...estavam localizados em jardim...*' ???. Esclarecemos que isso não corresponde à verdade. Os elementos estão perfeitamente definidos em projeto patenteado a concurso (CE e Peças desenhadas) não fazendo qualquer referência a armaduras na sua constituição estrutural, nem tão pouco especificam a sua localização em jardins. Como tal a Fiscalização considera essa afirmação totalmente infundada.





Câmara Municipal de Braga T: (+351) 253 616 060  
Praça do Município F: (+351) 253 203 151  
4700-435 Braga E: [municipe@cm-braga.pt](mailto:municipe@cm-braga.pt)  
Portugal (PT) I: [www.cm-braga.pt](http://www.cm-braga.pt)

Todavia não querendo divagar sobre outros assuntos, e voltando aos factos que realmente interessam relativamente ao parecer do ato da vistoria do dia 18/11/2021, visto que desde a fase 1 está previsto a implementação de elementos de sinalética e que até ao dia 18/11/2021 a EE ainda não realizou qualquer tipo de trabalho relativamente à implementação desses elementos, a Entidade Executante encontra-se uma vez mais, em óbvio incumprimento dos aspetos/prazos parciais vinculativos da fase 1, fase 2 e fase 3.

Concluindo,

Face ao exposto, a Fiscalização considera infundadas as justificações apresentadas pela Entidade Executante, no que respeita ao objetivo e âmbito do Auto de Vistoria realizado no dia 18/11/2021, para efeitos de cumprimento de aspetos e prazos parciais vinculativos da Fase 1, Fase 2 e Fase 3, conforme previsto na cláusula 11.<sup>a</sup>/3 do caderno de encargos (cláusulas jurídicas) do presente contrato.

Atentamente,

**O Fiscal**